

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012, ACOMPANHADAS DO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES E DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O lucro líquido registrado foi de R\$141 milhões e rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio de 30,4%.

Pela primeira vez em sua história, o Banpará foi avaliado pelas empresas Standard & Poor's e Moody's, duas das maiores Agências Internacionais de Classificação de Risco de Crédito. Ambas atribuíram ao Banco, em escala nacional, grau elevado de investimento. Os ratings atribuídos são de perspectiva estável e favorece o acesso a investidores institucionais, tanto no mercado doméstico quanto em nível internacional, o que aumentará os recursos que poderão ser aplicados na expansão do crédito no Estado do Pará.

Alinhado com as práticas de desenvolvimento sustentável, o Banco investe em ações que contribuem para equilibrar aspectos sociais, ambientais e culturais, e contribuir com a redução da pobreza e da desigualdade social, além de valorizar a cultura paraense.

Para o ano de 2014, o Banpará projeta ampliar sua participação como instituição de fomento regional, com a inclusão de novas linhas de crédito em apoio a setores como indústria, rural, comércio e serviços, estimulando empreendimentos que priorizem o desenvolvimento com inclusão social, geração de postos de trabalho e renda, aprimorando a sua participação como agente financeiro e administrador de fundos e

programas criados pelo Governo do Estado do Pará e Governos Municipais.

Na área comercial, o Banco dará continuidade à estratégia de expansão da rede de atendimento, com a instalação de mais 40 agências, sendo 31 delas em municípios não cobertos pela Instituição. Com as novas unidades, o Banpará encerrará o ano de 2014 presente em 100 dos 144 municípios do Estado do Pará, favorecendo o desenvolvimento dessas regiões.

Nesse sentido, tendo a consciência de que o comprometimento e a competência de nossos funcionários e colaboradores transformam os desafios em oportunidades de crescimento e fortalecimento de nossa Instituição.

Em nome da Diretoria Colegiada, agradeço aoACIONISTA Controlador, o Estado do Pará, aos demais acionistas, ao público em geral e, sobretudo, aos paraenses. Agradeço, ainda, aos funcionários que, afinados com as diretrizes estratégicas, têm demonstrado incansável comprometimento com o nosso Banco.

AUGUSTO SERGIO AMORIM COSTA
Diretor-Presidente

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e Clientes,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do Banco do Estado do Pará S.A. - BANPARÁ, relativo ao exercício de 2013, elaborados em conformidade com os padrões estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

1. Ambiente Econômico

Em 2013, Os EUA, a maior economia do mundo, mostrou sinais de recuperação, a expansão de apenas 1,9%, mesmo longe de seu potencial e dos 2,8% registrado em 2012 representa o início da normalização de sua política monetária. Na China, segunda maior economia do mundo, indicadores revelam um esfriamento gradual da economia do país à medida que se esgota o modelo de crescimento baseado nas exportações para outro mais baseado em consumo interno. Na Zona do Euro, o crescimento da maior economia – a alemã – foi de 0,4%, inferior ao esperado e abaixo do crescimento de 0,7% registrado em 2012. O forte consumo interno continuou sendo o principal impulsionador do crescimento.

No Brasil, pelo quarto ano consecutivo, o IPCA ficou acima do centro da meta estabelecida pelo Banco Central, de 4,5% ao ano e o grupo que exerceu maior impacto foi o de alimentos e bebidas com alta de 8,48%, a expectativa do indicador para o final de 2014 é de 5,97%. Para a expansão do PIB, o mercado estima taxa de 2,28% em 2013 e de 1,95% em 2014. Afere-se que esta queda será provocada pela desaceleração dos investimentos, que devem subir 5% em 2014, contra 7,1% previstos para 2013, visto que, persistem na economia distorções que encarecem os projetos de investimentos e desestimulam as decisões empresariais. Sobre a política monetária, após sucessivos aumentos na Taxa Selic a partir de abril deste ano, o Copom decidiu manter na última reunião a taxa de juros em 10% a.a. Por fim, a expectativa do mercado financeiro é que os juros continuem subindo e atinjam 11,25% ao ano no fim de 2014. Segundo analistas, a política de gastos públicos em alta e a valorização do dólar, entre outros fatores, tendem a continuar pressionando a inflação para 2014.

No plano regional, a alimentação básica dos paraenses encerrou 2013 entre as mais caras do país (10º capital do país com maior custo), com um reajuste acumulado de cerca de 9% no ano. Em dezembro, o custo da cesta básica para um trabalhador paraense foi de R\$ 296,34 comprometendo 47,51% do salário mínimo.

A geração de postos de trabalho fomentou a economia no Estado do Pará. Somente em 2013, foi gerado um saldo positivo de 29 mil empregos, tendo como destaques os municípios do interior do estado, que superaram a capital neste quesito. Este resultado foi impulsionado pelos projetos minerais, sobretudo os situados no sudeste do estado. Além da mineração, outros setores como a construção civil, comércio e prestação de serviços também contribuíram para o saldo positivo do Estado, que, segundo o Dieese, é o maior gerador de empregos da região Norte do Brasil.

2. Ratings

O Banpará foi avaliado, pela primeira vez, por duas das maiores Agências Internacionais de Classificação de Risco de Crédito, Standard & Poor's e Moody's. Ambas atribuíram ao Banco, em escala nacional, grau elevado de investimento. Destaca-se que os ratings atribuídos são de perspectiva estável.

Para depósito de longo prazo, na escala nacional, a S&P atribuiu ao Banpará Rating AA+ e na escala global, também de longo prazo, atribuiu a nota BB+. Isso reflete a opinião da agência de que o Banco continuará expandindo as atividades e diversificando suas linhas de negócios no Estado do Pará, mantendo fortes níveis de capital.

No que se refere à agência de rating Moody's, as notas atribuídas ao Banco foram A2.br para depósito de longo prazo em escala nacional e Ba3 para depósito de longo prazo em escala global.

A avaliação por renomadas agências de rating possibilitará ao Banco o acesso a investidores institucionais, tanto no mercado doméstico quanto no mercado internacional, o que aumentará, consideravelmente, o leque de recursos que poderão ser aplicados na expansão do crédito no Estado do Pará.

3. Destaques

- Principais produtos/serviços lançados em 2013: Rede Saque e Pague, Seguro Cartão de Crédito, Programa de Milhagens de Cartão, Consignado Multiconsignação e Semiautomático, Crédito Rural, Suprimento de Fundos, Financiamento BNDES, dentre outros;
- Plano de Expansão: no período, o Banco deu continuidade ao seu plano de expansão com a inauguração de 11 unidades, sendo 10 em municípios não cobertos pelo Banco, passando a estar presente em 69 dos 144 municípios paraenses, atingindo a participação de 48% no Estado do Pará;
- FIP: participação como cotista no Fundo de Participações em Investimentos Amazônia Sustentável. O Banpará efetuou dois aportes totalizando o valor de R\$ 500 mil.

4. Expectativas para 2014

- Plano de Expansão: estão contempladas mais 40 agências, 31 delas em municípios não cobertos pela Instituição. Com as novas unidades, o Banpará encerrará o ano de 2014 presente em 100 dos 144 municípios do Pará;
- Produtos/Serviços: projeta-se o lançamento do Câmbio Comercial, Bônus Celular, Lançamento BCard (Nova Rede de Compras), Cartão Banpará com Chip, Seguro Prestamista, Seguro de Equipamentos Portáteis, Seguro e Financiamento de Veículos e Financiamento de Impostos.

5. Desempenho dos Negócios

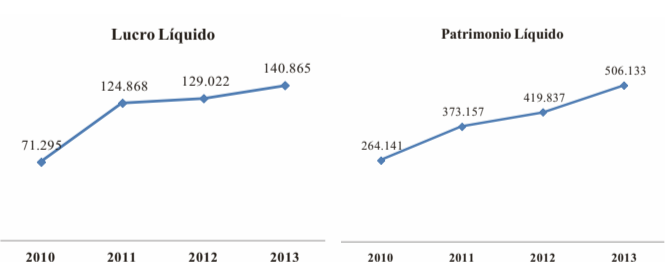
5.1 Principais Indicadores

Balanco Patrimonial (R\$MIL)	2013	2012	Variação%
Ativo total	4.549.552	3.728.257	22,0
Ativos Rentáveis Médio	3.551.706	2.743.842	29,4
Operações de Crédito	2.721.280	2.158.225	26,1
Depósitos	3.609.523	2.971.122	21,5

Rentabilidade - (R\$MIL - exceto quando indicado)	2013	2012	Variação%
Lucro líquido	140.865	129.022	9,2
Patrimônio Líquido	506.133	419.837	20,6
Retorno anualizado sobre o PL Médio %	30,4	32,5	
Retorno anualizado sobre o Ativo Médio %	3,4	4,0	
Lucro Líquido por Ação (Unidade de real)	14,8	13,6	

Desempenho %	2013	2012
Margem Financeira	18,5	18,9
Índice de Eficiência Operacional	53,1	50,7
Índice de Cobertura Operacional	33,0	35,0
Índice de Basileia	18,7	20,8

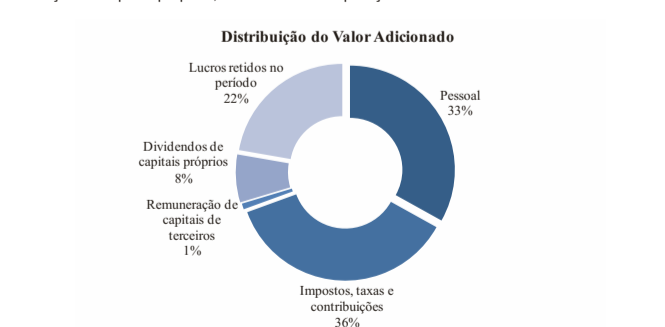
No exercício de 2013, o lucro líquido do Banpará atingiu R\$140.865 mil, desempenho 9,2% maior que o apresentado no ano anterior. O lucro líquido por ação alcançou R\$14,80, ante aos R\$13,55 observados ao final de 2012. O Patrimônio Líquido alcançou R\$506.133 mil, uma expansão de 20,6% em relação a 2012, com retorno anualizado de 30,4%, uma involução de 2,1 p.p. em relação ao ano anterior, porém um retorno ainda acima do verificado no mercado financeiro. Essa involução é perfeitamente aceitável considerando-se a política adotada pelo Banpará de expansão de sua rede em todo o Estado do Pará.



O índice de cobertura das despesas de pessoal, no ano de 2013, atingiu 33%, contra 35% quando comparado com o mesmo período em 2012. A variação nesse índice é reflexo do crescimento das despesas de pessoal, decorrente de ações relacionadas à estratégia de expansão da Instituição.

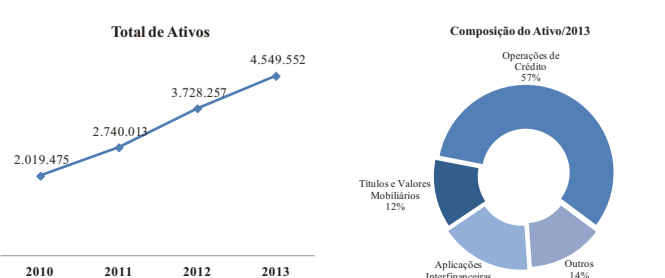
Em 2013, o resultado bruto da intermediação financeira do Banpará atingiu R\$552.116 mil, 14,7% maior que o do ano anterior, as receitas de serviços e tarifas totalizaram R\$55.418, 12% acima do ano anterior e as despesas administrativas somadas às despesas de pessoal, totalizaram R\$322.312, 19,8% maior que as apresentadas no ano de 2012. Este cenário elevou o índice de eficiência para 53,1%, no ano de 2013, representando a 2,4 p.p. acima do indicado em 2012.

Da riqueza gerada em 2013, o Banpará recolheu, a título de impostos federais e municipais, R\$172.541 mil, 23,9% superior ao recolhido em 2012; destinou aos seus colaboradores R\$157.099 mil, uma elevação de 16,5% em relação ao exercício anterior e, também, R\$140.865 mil para remuneração de capitais próprios, 9% maior em comparação a 2012.



5.2 Ativos e Passivos

No exercício de 2013, os ativos totais do Banpará atingiram o montante de R\$ 4.549.552 mil, uma expansão de 22% quando comparado ao registrado no ano de 2012. As principais linhas do ativo são: operações de crédito, aplicações interfinanceiras e TVM que representam 57%, 17%, 12%, respectivamente do ativo total, e cujo desempenho corresponde a um retorno anualizado sobre os ativos médios de 3,4%.



5.2.1 Carteira de Crédito

No exercício de 2013, a carteira de crédito, que é responsável por 87% das receitas que compõem o resultado do Banco, alcançou R\$ 2.721.280 mil, incremento de 26,1% em relação a 2012.

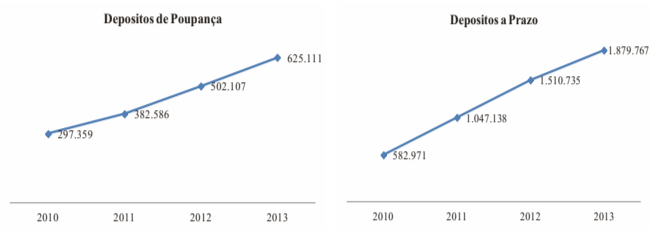
Alocação da Carteira de Crédito (R\$MIL)	2013	2012	Variação% 2013x2012
Pessoas Físicas	2.584.169	2.106.083	22,70
Pessoas Jurídicas	128.088	42.396	202,12
Rural	6.946	7.343	-5,41
Habituação	983	2.403	-59,09
Fomento	1.094	-	100,00

O saldo da carteira de crédito comercial Pessoa Física em Dezembro/2013 foi de R\$ 2.584.169 mil, que representa um incremento de 22,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. A carteira de crédito comercial Pessoa Jurídica, em Dezembro/2013, apresentou um saldo de R\$ 128.088 mil, uma elevação de 202% em relação a Dezembro de 2012.

Após o final do exercício de 2013, o índice de inadimplência das operações vencidas acima de 90 dias representava 1,96% da carteira de crédito, com um índice de cobertura de 230,3%, isto é, o valor que o Banco mantém para fazer face a perdas prováveis é quase 2,5 vezes a inadimplência do período.

5.2.2 Depósitos

Em 2013, o volume de depósitos registrou o total de R\$ 3.609.523 mil, contra R\$ 2.971.122 mil registrados em 2012, o que corresponde a um aumento de 21,5%. O aumento foi influenciado pela evolução das captações realizadas principalmente em depósito de poupança e depósito a prazo, com um aumento de 24,5% e 24,4%, respectivamente, em relação aos valores registrados ao final de 2012.



O foco principal do Banpará está em captar depósitos e aplicar em créditos no varejo e comercial, principalmente para servidores públicos do Estado e fornecedores que mantêm contratos com governos Municipal e/ou Estadual, visto ser um negócio que historicamente tem apoiado a boa qualidade de ativos do banco e os elevados níveis de rentabilidade.

O Market Share do Banpará no Estado, na área de crédito, é inferior à média do País, indicando que há ainda muito espaço para o seu crescimento. Assim, o aumento no volume dos depósitos possibilita a expansão e diversificação de novas linhas de negócio.

6. Relacionamento com Clientes e Canais

Comprometido com a excelência no atendimento de seus clientes e usuários e com o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Pará, o Banpará vem ampliando sua rede de atendimento, possibilitando a inserção da população paraense no mercado financeiro. No ano de 2013, inaugurou 11 novas unidades atingindo os municípios de Breu Branco, Marapanim, São Geraldo do Araguaia, Acará, Santana do Araguaia, Vitória do Xingu, Muaná, Santa Barbara, Rio Maria, e Mojui dos Campos.

Discriminação	Belém	Interior	Total
Agência	13	31	44
Posto de Atendimento	19	46	65
Caixa Deslocado	5	3	8
Posto de Atendimento Eletrônico	93	19	112
TOTAL - REDE PRÓPRIA			229
Municípios atendidos			69

Além de sua Rede própria, o Banpará disponibiliza mais de 32.000 pontos de atendimento espalhados por todo Brasil, em parceria com o Banco24horas e Rede Compartilhada. Desta maneira viabiliza aos seus clientes e usuários a possibilidade de utilizar os serviços do Banco em todo o território nacional, além de disponibilizar também a sua rede própria para os correntistas das outras instituições parceiras. Em 2013, o Banpará fechou convênio com a Rede Saque e Pague, disponibilizando um serviço pioneiro na região norte, agregando mais dinamismo e conveniência ao serviço de autotendimento através de caixas eletrônicas aos clientes e parceiros comerciais.

7. Gestão Corporativa

7.1 Gestão de Riscos

O Banpará, quanto à gestão de riscos e de capital, desenvolve suas atividades de acordo com os padrões recomendados pelo Acordo de Basileia e de forma alinhada às melhores práticas de mercado. São promovidas a atualização e o aprimoramento contínuo das políticas, dos processos e dos sistemas de gerenciamento de riscos, com foco nos objetivos estratégicos e mercadológicos da Instituição.

Referente à exigência mínima de capital estabelecida pela autoridade monetária, que corresponde ao Índice de Basileia III e espelha a relação entre o capital da instituição e as exposições aos riscos de suas operações, o Banpará encerrou o exercício de 2013 com índice de 18,70%, bem acima dos 11% estabelecidos pelo Bacen, demonstrando um índice de solvabilidade capaz de cobrir suas exposições aos riscos, sem comprometer sua margem operacional.

Informações detalhadas sobre a gestão de risco de mercado, liquidez, crédito e operacional podem ser consultadas nos relatórios de riscos disponíveis no site de Relações com Investidores/Governança Corporativa: www.banpara.br

7.2 Controles Internos e Compliance

O setor de Controles Internos e Compliance têm como atribuição realizar o acompanhamento sistemático dos processos desenvolvidos no Banpará, em articulação com as demais unidades, buscando o alcance dos objetivos institucionais e a observância das leis, regulamentos e regras relacionadas com as atividades do Banco.

Em 2013, além da revisão dos mapeamentos de processos e riscos de todas as unidades do Banco, para fins de identificação e autoavaliação dos riscos operacionais, foi realizada também a implementação de mudanças procedimentais, objetivando o aprimoramento dos mecanismos de monitoração e consonância aos normativos.

Como prevenção à lavagem de dinheiro (PLD), o Banpará prossegue adotando procedimentos internos de controle em conformidade com a legislação vigente, com o objetivo de manter a transparência, ética e legalidade de suas ações, bem como a proteção de sua imagem perante a sociedade em geral. No ano de 2013, foram rastreadas 467.835 movimentações de valor igual ou superior a dez mil reais, com 2.278 clientes sinalizados para aplicação da política "Conheça seu Cliente", para os quais foram elaborados 12 processos atinentes à movimentação atípica e sem justificativa plausível aparente, resultando na comunicação de 75 clientes ao Coaf, conforme preceitua a Lei 9.613/98, Art.11, item II, § 2º, comunicação de boa-fé.

7.4. Segurança da Informação e Ambientes

Em busca de contínua melhoria da eficiência no que tange as ações voltadas à segurança de seus clientes, funcionários e patrimônio da Instituição, o Banpará aumentou, no ano de 2013, os investimentos em segurança da informação e patrimonial, além de manter os serviços de vigilância armada 24h para todas as unidades do interior do Estado, bem como o serviço de abertura e fechamento de unidades por empresa de segurança. Também em 2013, foram estreitados os laços com as áreas de segurança das demais instituições financeiras e com as áreas de inteligência e segurança pública, para discussões e estabelecimento de ações voltadas à prevenção de crimes contra a Instituição, seus colaboradores e clientes.

7.5. Tecnologia da Informação

Em ano de 2013, o Banpará investiu cerca de R\$ 15 milhões para a modernização de seu parque tecnológico, esse investimento foi possível após o mapeamento dos principais processos da área de tecnologia, focando na melhoria da qualidade dos sistemas desenvolvidos e nas melhores práticas da Governança de TI.

Os investimentos em novos links de dados, melhorias nos sistemas de transmissão de arquivos, aliados à capacitação de seus analistas de banco de dados, contribuem para o oferecimento de serviços de melhor qualidade a seus clientes, funcionários e sociedade e estão em consonância com o crescimento prospectado para o Banpará.

7.6. Ouvidoria

A Ouvidoria Banpará tem cumprido os normativos que regulamentam o seu funcionamento, assim como sua função de ser um importante canal de comunicação à disposição dos clientes e usuários do Banco. Em 2013, aprimorou seus processos, objetivando mediar eventuais conflitos entre a empresa e os clientes e buscar soluções com agilidade e eficácia, prestando relevante serviço como órgão auxiliar no encaminhamento dos problemas apontados, propondo soluções cooperativas e melhorias à organização.

8. Recursos Humanos

A capacitação e o desenvolvimento do corpo funcional do Banco foram prioridades no ano de 2013, objetivando a excelência na prestação dos serviços ofertados e o acompanhamento das tendências do setor bancário. Os investimentos em treinamentos alcançaram o montante de R\$ 1.641mil, com destaque para o Programa de Formação de Líderes e Treinamento em Técnicas de Cobrança.

Em 2013 foram realizadas 232 (duzentos e trinta e duas) novas contratações de funcionários, os quais participaram de processo de integração e treinamento para aquisição de conhecimentos voltados à atividade bancária, políticas internas, além de informações sobre as principais leis e normas que regem as atividades da empresa e regras de negócios sobre os produtos e serviços bancários.

Objetivando desenvolver, treinar e reter talentos, o Banpará em 2013 investiu 650 mil no programa de Desenvolvimento Educacional do Banpará – PDEB, que beneficiaram 70 funcionários em cursos de Graduação e 41 em cursos de Pós-Graduação.

Em 31 de dezembro de 2013, o Banpará contava em seu quadro de pessoal com 1.554 funcionários, 116 estagiários e 35 jovens aprendizes.

9. Sustentabilidade

O Banpará com o objetivo de ser um eficiente agente financeiro do Governo do Estado, e importante indutor do desenvolvimento econômico e social do Pará, assumiu o compromisso de atuar em prol da sociedade paraense, pautado nos seguintes pilares: ética, transparência, responsabilidade social, e no respeito aos investidores, clientes e funcionários.

Particularmente, alinhado com as práticas de desenvolvimento sustentável, investe em ações que contribuem para equilibrar aspectos sociais, ambientais e culturais, além da redução da pobreza e da desigualdade social e de valorização da cultura paraense.

9.1 Esportivo

- Futebol paraense - projeto que visa incentivar o desenvolvimento de atletas, contribuir para o fortalecimento da prática esportiva e proporcionar entretenimento à sociedade paraense, por meio de patrocínio aos clubes de futebol - 1ª divisão, no Pará.
- Copa Jigoro Kano de Judo - projeto que oportuniza aos atletas paraenses das diversas categorias do Judo um intercâmbio construtivo para as suas carreiras.

9.2 Cultural

- XXVI Festival Internacional de Música do Pará – documentário de mídia-metragem sobre o movimento da música contemporânea no Pará, para a comunidade paraense.
- Arte Viva – projeto de oficinas de iniciação à linguagem do palhaço às crianças, adolescentes e adultos e pessoas da 3ª idade, para despertar o lúdico, formar atores e descobrir talentos na população carente da região oeste do Pará.
- Círculo das Artes – espetáculos musicais, amostras visuais, oficinas de iniciação musical, de teatros, danças regionais, fotografia, materiais recicláveis, práticas de leitura, em 39 bairros periféricos de Belém do Pará. Olhos D'água – projeto de natureza cultural que consistiu em produzir um filme de mídia metragem sobre o cinema do Pará, cujo público alvo é a população do Estado do Pará.
- Festival do Cháirê 2013 - projeto que visa o resgate imaginário político de uma região abundante em lendas e histórias em Alter do Chão – Santarém, além de promover o crescimento e a divulgação da cultura paraense e dos artistas locais.

9.3 Meio Ambiente

Programa Ambiente Amigo do Banpará – preservação ambiental:

- "Adote uma caneca" – projeto para preservação cultural e de consciência ambiental, funcionários e clientes utilizam louças (copos e xícaras) em substituição ao material descartável.
- "Imprimir para Q" – projeto de coleta seletiva do papel para reciclagem de papel inservível ao Banco, visa o sustento de 55 famílias de baixa renda (cooperativa de catadores) da periferia de Belém do Pará.
- "Consumo responsável" – projeto que visa o uso racional de energia elétrica pelos funcionários.
- "TI Verde" – projeto que garante o uso de equipamentos de informática com componentes sustentáveis para a redução do consumo de energia elétrica, virtualização da tecnologia, e reaproveitamento quando do descarte por terceiros.

9.4 Investimento Social

- Programa NavegaPará – parceria que promove a inclusão digital da população de baixa renda, por meio da instalação de infocentros em comunidades carentes no Pará.
- Projeto "Cesta de Trê" – promove a inclusão social de pessoas portadoras de deficiência física (cadeirantes) de baixa renda familiar, por meio do incentivo à prática esportiva de basqueteol.
- Projeto "Casa do Menino Jesus III" – projeto do Banpará como mantenedor para a assistência a crianças e adolescentes carentes portadores de câncer, oriundos do interior do Estado do Pará.
- Contratação de pessoas portadoras de necessidades especiais – projeto de inclusão social de terceiros, por meio da parceria com a Associação Paraense dos Portadores de Deficiência – APPD.
- Programa Nova Vida - parceria que promove a informação sobre a prevenção, tratamento e recuperação de dependentes químicos no Pará.

9.5 Ações de Desenvolvimento Econômico e Social

O Banpará atua, também, como instituição financeira de fomento e como agente financeiro do Governo do Estado do Pará e de Governos Municipais, estimulando o desenvolvimento econômico e social do Estado do Pará.

Mais informações poderão ser obtidas no item 15 das notas explicativas contida nas demonstrações contábeis.

10. Informações Legais

10.1. Circular nº 3.068/2001

O Banpará declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R\$ 164.066 mil, representando 28,8% do total de títulos e valores mobiliários.

10.2. Auditoria Independente

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
	Nota	2º semestre 2013	2013	2012
Receita da intermediação financeira		486.451	885.829	674.579
Operações de crédito	7	423.412	785.786	595.593
Resultado de aplicações interf. e operações com títulos e valores mobiliários	4 e 5	57.528	89.668	69.629
Resultado de operações de câmbio		329	348	83
Resultado das aplicações compulsórias		5.182	10.027	9.274
Despesas da intermediação financeira		(195.789)	(333.173)	(193.044)
Operações de captação no mercado	10	(133.814)	(228.092)	(155.428)
Operações de empréstimo/repasse		(1)	(1)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(61.974)	(105.260)	(37.616)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		290.662	552.116	481.535
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(163.802)	(302.523)	(250.303)
Receitas de prestação de serviços		18.106	35.170	31.560
Rendas de tarifas bancárias		10.467	20.248	17.930
Despesas de pessoal		(90.826)	(167.746)	(143.417)
Outras despesas administrativas	22.3	(83.441)	(154.566)	(125.668)
Despesas tributárias		(19.346)	(36.979)	(29.365)
Outras receitas operacionais	22.1	3.683	9.583	6.798
Outras despesas operacionais	22.1	(2.445)	(8.232)	(8.141)
Resultado operacional		126.860	249.593	231.232
Resultado não operacional	22.2	(932)	16.188	(995)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		125.928	265.781	230.237
Imposto de renda e contribuição social		(37.759)	(111.747)	(89.984)
Provisão para imposto de renda	21	(36.689)	(79.529)	(56.961)
Provisão para contribuição social	21	(22.277)	(48.559)	(32.248)
Ativo fiscal diferido	21.b	21.207	16.141	(775)
Participações no lucro		(8.176)	(13.169)	(11.231)
Empregados – Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000.		(8.071)	(12.959)	(11.021)
Administradores – Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.		(105)	(210)	(210)
Lucro Líquido		79.993	140.865	129.022
Juros sobre Capital Próprio		15.841	20.994	21.456
Lucro Líquido por ação (R\$)		8,40	14,80	13,55

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	Capital Social	Reservas de Lucros Acumulados	Lucros	Total
Saldo em 30 de junho de 2013	264.141	136.343	55.719	456.203
Lucro Líquido do 2º Semestre 2013	-	-	79.993	79.993
Aumento de Capital com Reservas de Lucro	136.343	(136.343)	-	-
Reserva Legal	-	7.043	(7.043)	-
Reserva Estatutária	-	98.606	(98.606)	-
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	-	-	(30.063)	(30.063)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	400.484	105.649	-	506.133
Mutações do 2º semestre 2013	136.343	(30.694)	(55.719)	49.930
Saldo em 31 de dezembro de 2011	264.141	109.016	-	373.157
Lucro Líquido do Exercício de 2012	-	-	129.022	129.022
Destinações:	-	-	-	-
Reserva Legal	-	6.451	(6.451)	-
Reserva Estatutária	-	90.315	(90.315)	-
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	-	(50.086)	(32.256)	(82.342)
Aumento de Capital	-	-	-	-
Recurso para Aumento de Capital	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	264.141	155.696	-	419.837
Mutações do Exercício 2012	-	46.680	-	46.680
Saldo em 31 de dezembro de 2012	264.141	155.696	-	419.837
Reversão de Reserva de Lucros	-	-	-	-
Dividendos Distribuídos AGO 03.04.13	-	(19.353)	(19.353)	(38.706)
Lucro Líquido do Exercício de 2013	-	-	140.865	140.865
Aumento de Capital com Reservas de Lucro	136.343	(136.343)	-	-
Destinações:	-	-	-	-
Reserva Legal	-	7.043	(7.043)	-
Reserva Estatutária	-	98.606	(98.606)	-
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	-	-	(35.216)	(35.216)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	400.484	105.649	-	506.133
Mutações do Exercício 2013	136.343	(50.047)	-	86.296

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC				
	2º semestre 2013	31.12.2013	31.12.2012	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro Líquido	79.993	140.865	129.022	
Ajustado Por:				
Depreciação/Amortização	6.410	11.649	8.661	
Provisão para perdas com TVM	-	11.755	-	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	41.737	68.745	16.190	
Provisão para contingências	(2.514)	(4.641)	2.281	
Provisão para desvalorização de outros bens	13	(145)	1.327	
Ajuste de Mercado – TVM	640	931	(37)	
Provisão atuarial	3.048	2.283	1.537	
Saldo residual da baixa do imobilizado	-	-	70	
Lucro Líquido Ajustado	129.327	231.442	159.051	
Variação de Ativos e Obrigações	272.563	403.638	113.466	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(57.403)	(8.549)	(52.479)	
Títulos e Valores Mobiliários	363.847	275.085	(77.211)	
Recursos Aceites de L. Imobiliárias	16.365	22.455	166.306	
Relações Interfinanceiras/Interdependências	(14.570)	(24.024)	(39.048)	
Operações de Crédito	(189.725)	(514.291)	(622.110)	
Outros Créditos	(17.574)	(61.143)	(32.245)	
Outros Valores e Bens	(522)	(715)	(1.452)	
Depósitos	199.343	638.401	731.735	
Obrigações por Operações Compromissadas	(32.397)	22.585	29.788	
Outras Obrigações	5.199	53.834	10.182	
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	401.890	635.080	272.517	
Atividades de Investimento				
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	-	-	33	
Alienação de Imobilizado de Uso	5.823	5.796	475	
Alienação de Investimentos	-	1	-	
Aplicação em Investimentos	(1)	(1)	-	
Aquisição de Imobilizado de Uso	(12.290)	(32.195)	(15.572)	
Aplicação no Intangível	(5.653)	(15.764)	(591)	
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimento	(12.121)	(42.163)	(15.655)	
Atividades de Financiamentos				
Juros s/Capital próprio e Dividendos Pagos ou Provisionados	(30.063)	(54.569)	(66.977)	
Recursos para Aumento de Capital	-	-	(15.365)	
Caixa Líquido Proveniente de Atividades de Financiamentos	(30.063)	(54.569)	(82.342)	
Disponibilidade Líquida de Caixa	359.706	538.348	174.520	
Modificações em Disponibilidades Líquidas				
Início do Período	793.806	615.164	440.644	
Fim do Período	1.153.512	1.153.512	615.164	
Varição Líquida das Disponibilidades	359.706	538.348	174.520	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
	2º semestre 2013	31.12.2013	31.12.2012	
1 – RECEITAS	532.217	1.023.739	693.985	
Intermediação financeira	555.542	1.047.011	664.523	
Prestação de serviços	28.573	55.416	49.490	
Provisão / Reversão de créditos de liquidação duvidosa	(61.240)	(113.421)	(34.943)	
Outras	9.342	34.733	14.915	
2 - DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(211.197)	(393.887)	(160.701)	
Captação	(133.814)	(228.092)	(155.428)	
Obrigação por Empréstimos e Repasses	(1)	(1)	-	
Câmbio	(122)	(178)	(32)	
Títulos e valores mobiliários	(77.260)	(165.616)	(5.241)	
Perdas com títulos e valores imobiliários	-	-	-	
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(76.327)	(143.419)	(118.420)	
Materiais, energia e outros	(4.707)	(9.042)	(8.607)	
Serviços de terceiros	(70.141)	(129.596)	(105.215)	
Perda/recuperação de valores ativos	(1.479)	(4.781)	(4.598)	
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	244.693	486.433	414.864	
5 – RETENÇÕES	(6.410)	(11.649)	(8.661)	
Amortização	(1.380)	(2.167)	(593)	
Depreciação	(5.030)	(9.482)	(8.068)	
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	238.283	474.784	406.203	
7 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	238.283	474.784	406.203	
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	238.283	474.784	406.203	
8.1 – Pessoal	85.947	157.099	134.747	
Remuneração direta	58.032	107.163	90.959	
Benefícios	22.752	40.083	37.515	
FGTS	5.163	9.853	6.273	
8.2 - Impostos, taxas e contribuições	70.159	172.541	139.250	
Federais	68.749	169.532	136.422	
Estaduais	-	-	1	
Municipais	1.410	3.009	2.827	
8.3 - Remuneração de capitais de terceiros	2.183	4.278	3.184	
Aluguéis	2.183	4.278	3.184	
8.4 - Remuneração de capitais próprios	79.993	140.865	129.022	
Juros sobre Capital Próprio	15.841	20.994	21.456	
Dividendos	14.222	14.222	-	
Lucros retidos no período	49.930	105.649	107.566	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013/2012 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

O Banco do Estado do Pará S.A. – BANPARÁ (“Banco”) é uma sociedade anônima de capital aberto e economia mista, cuja sede administrativa está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 251, Campina, Belém, Pará, tendo como acionista majoritário o Governo do Estado do Pará. Opera na forma de banco múltiplo com as carteiras comercial, de crédito imobiliário, de desenvolvimento e de câmbio.

2 Apresentação das Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 – Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Os pronunciamentos conceituais básicos CPC 01, CPC 03, CPC 05, CPC 24 e CPC 25 já foram adotados na elaboração das demonstrações contábeis do Banco. Os pronunciamentos CPC 10 e CPC 23 não produzem efeitos relevantes na elaboração das demonstrações contábeis do Banco.

As demonstrações contábeis do Banco foram aprovadas pela administração em 21 de fevereiro de 2014.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis das normas e instruções do CMN, do BACEN e de práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações contábeis contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação, que são avaliados pelo valor justo.

b. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

d. Ativo circulante e realizável em longo prazo

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução BACEN nº 3.604/08, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, aplicações no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, o valor de caixa e equivalentes de caixa é composto por disponibilidades.

Rubricas correspondentes	31.12.2013	31.12.2012
Disponibilidades em moeda nacional	116.934	111.280
Disponibilidades em moeda estrangeira	793	553
Total de disponibilidades (caixa)	117.727	111.833
Aplicações interfinanceiras de liquidez	630.831	470.196
Títulos e valores mobiliários (b.i)	404.954	33.135
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.153.512	615.164

Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas a custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para perdas por desvalorização, quando aplicável.

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão registrados e classificados de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis. O Banco possui papéis classificados em:</

Continuação.	31.12.2013		31.12.2012					
Tipo	Valor de custo	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Faixa de vencimento	Valor de custo	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Faixa de vencimento
LCI	8.590	(58)	8.532	31.01.2014	6.028	6.028	6.028	28.11.2014
LCI	7.467	(52)	7.415	17.02.2014	5.026	5.026	5.026	28.11.2014
LCI	5.002	-	5.002	28.02.2014	-	-	-	-
LCI	6.362	(46)	6.316	21.03.2014	-	-	-	-
LCI	7.371	(54)	7.317	06.05.2014	-	-	-	-
LCI	3.147	(29)	3.118	06.05.2014	-	-	-	-
LCI	10.421	(81)	10.340	23.06.2014	-	-	-	-
LCI	10.422	(80)	10.342	23.06.2014	-	-	-	-
LCI	7.581	(96)	7.485	22.10.2014	-	-	-	-
LCI	6.456	(87)	6.369	28.11.2014	-	-	-	-
LCI	5.383	(72)	5.311	28.11.2014	-	-	-	-
LCI	3.186	(49)	3.137	20.02.2015	-	-	-	-
LFT	294.756	(31)	294.725	07.09.2015	272.389	(44)	272.345	07.09.2015
FIP	324	-	324	-	-	-	-	-
CVS	163.742	588	164.330	01.01.2027	175.927	(41.539)	134.388	-
Total	569.993	(385)	569.608		485.016	41.583	443.433	

i. Os Títulos e Valores Mobiliários classificados como disponíveis para negociação, são considerados como equivalentes a caixa por não apresentarem risco significativo de valor justo, e por serem utilizados gerencialmente para cumprir os compromissos de curto prazo se necessário.

ii. A alavancagem da captação de recursos por meio de poupança elevou a exigibilidade relativa à Carteira de Crédito Imobiliário, que conforme a Resolução 3932/2010, de 16/12/2010, do BACEN, 65% no mínimo das captações por meio de poupança deverão ser aplicados em operações de Financiamentos Imobiliários. Em 2013 o Banco para cumprir a exigibilidade relativa à Carteira de Crédito Imobiliário investiu em Letras de Crédito Imobiliário – LCI, com o prazo maior possível e que possa possibilitar liquidez imediata.

Marcação a mercado (MaM) da LFT

O valor nominal atualizado é calculado a partir do acúmulo da taxa SELIC entre a data de emissão e a data da MaM. O preço de mercado (PU) da LFT é obtido pela aplicação do deságio no valor nominal pela taxa correspondente.

	31.12.2013		31.12.2012	
Próprio – Bancada para negociação				
Papel	Características	Vencimento	Quantidade	P U Mercado
LFT 210.100	Pós – SELIC	07/09/2015	40.566	5.894,5065
Total				239.116

	31.12.2013		31.12.2012	
Próprio – Financiado para negociação				
Papel	Características	Vencimento	Quantidade	P U Mercado
LFT 210.100	Pós – SELIC	07/09/2015	8.934	5.894,5065
Total				52.662

	31.12.2013		31.12.2012	
Próprio – Vinculados de papéis para negociação				
Papel	Características	Vencimento	Quantidade	P U Mercado
LFT 210.100	Pós – SELIC	07/09/2015	500	5.894,5065
Total				2.947

	31.12.2013		31.12.2012	
Próprio – Bancada para negociação				
Papel	Características	Vencimento	Quantidade	P U Mercado
LFT 210.100	Pós – SELIC	07/09/2015	43.980	5446,906232
Total				239.555

	31.12.2013		31.12.2012	
Próprio – Financiado para negociação				
Papel	Características	Vencimento	Quantidade	P U Mercado
LFT 210.100	Pós – SELIC	07/09/2015	5.520	5446,906232
Total				30.067

	31.12.2013		31.12.2012	
Próprio – Vinculados de papéis para negociação				
Papel	Características	Vencimento	Quantidade	P U Mercado
LFT 210.100	Pós - SELIC	07/09/2015	500	5446,906232
Total				2.723

Cotação das CVS em relação ao mercado:

Conforme pesquisa realizada ao mercado (corretoras com as quais o Banco opera), onde foi considerado o mercado comprador, as ofertas obedeceram aos seguintes percentuais de deságio em relação aos valores em nossa carteira:

Classe	31.12.2013		31.12.2012	
	Saldo	%	Saldo	%
CVS				
A	47.959	75,85	48.059	86,30
B	112.305	63,75	112.783	72,02
C	2.133	75,85	2.292	86,30
D	1.345	63,75	1.350	72,02
TOTAL	163.742	164.330	175.927	134.388

Os títulos CVS do Banco encontram-se classificados como mantidos até o vencimento.

c. Rendas com títulos e valores e mobiliários

	2º semestre 2013	31.12.2013	31.12.2012
Rendas de títulos de renda fixa	20.533	35.358	29.828
Rendas de títulos de renda Variável	161	168	-
Rendas de participações societárias	45	293	457
Desvalorização de Títulos Livres	-	(11.755)	-
Ajustes positivos (negativos) ao valor de mercado de TVMs	(985)	(1.276)	37
TOTAL	19.754	22.788	30.322

6. Relações interfinanceiras

Composição:

	31.12.2013	31.12.2012
Direitos junto à participação de sistemas de liquidação	24	27
Relações com correspondentes	925	90
Recolhimentos de recursos do Crédito Rural – BACEN	1.598	-
Reservas compulsórias em espécie – BACEN (a)	105.208	109.178
Recolhimentos sobre depósitos de poupança – BACEN (a)	119.758	96.303
SFH – Créditos junto ao FCVS (b)	44.176	41.329
Outros depósitos compulsórios – Crédito rural Resolução BACEN nº 3.109/2003	9.166	6.485
Outros	-	3.337
Total	280.855	256.749
Circulante	236.679	215.420
Realizável em longo prazo	44.176	41.329

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, basicamente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, com exceção dos decorrentes de depósitos à vista.

(b) Os créditos vinculados ao SFH correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, já homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos CVS pela STN. O Banco possui, na carteira de FCVS, o montante de R\$ 44.176, referentes a 266 contratos, todos habilitados e homologados pela CEF, mas que dependem do processo de securitização, conforme previsto na Lei nº 10.150/00, para sua realização.

Atualmente, esses contratos rendem juros de 3,12% e 6,17% ao ano, acrescidos de atualização monetária de acordo com a variação da Taxa de Referência (TR).

Esses créditos têm seus saldos mensurados pelos valores efetivamente reconhecidos pela CEF.

O Banco possui em sua carteira 158 contratos no valor total de R\$ 28.293, cuja cobertura pelo FCVS foi negada pela CEF por alegação de indicio de multiplicidade e outras situações. A Administração decidiu por não reconhecer contabilmente os referidos créditos, por ainda não terem sido homologados pela CEF.

7. Operações de crédito e outros créditos

7.1. Composição da carteira com característica de concessão de crédito:

	31.12.2013	31.12.2012
a. Por tipo de Operação		
Operações de Crédito		
Adiantamentos a Depositantes	1.166	1.174
Empréstimos	2.662.300	2.147.278
Financiamentos	1.094	-
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	6.946	7.343
Financiamentos Imobiliários	983	2.403
Total	2.672.489	2.158.198
Circulante	1.239.755	907.499
Realizável em longo prazo	1.432.734	1.250.699
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8)	48.791	27
Subtotal de Outras Rubricas com Característica de Crédito (Nota 8)	48.791	27
Total da Carteira de Crédito	2.721.280	2.158.225

b. Por Faixa de vencimento e nível de risco:

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	12.2013	12.2012
Parcelas Vincendas (A Vencer)											
Até 30 dias	-	2.475.377	30.479	53.157	10.802	9.045	13.952	6.767	37.867	2.637.446	2.140.018
31 a 60 dias	-	136.660	5.419	8.556	2.450	1.641	995	1.055	4.099	160.876	105.258
61 a 90 dias	-	126.804	4.194	6.513	1.091	750	550	510	2.793	143.182	101.527
91 a 180 dias	-	115.824	3.037	4.132	843	613	694	441	2.293	127.846	93.193
181 a 360 dias	-	245.730	6.245	8.156	1.487	1.108	1.008	890	5.011	269.635	194.136
Acima de 360 dias	-	456.054	6.018	9.492	1.654	1.600	3.794	1.167	7.284	487.635	384.827
Total	-	3.886.278	4.728	14.080	2.625	2.864	6.452	1.807	13.914	4.132.748	3.250.699
Parcelas Vincendas até 14 dias	-	8.026	839	2.227	652	461	459	897	2.533	16.096	10.378
Parcelas Vincendas	-	3.726	6.116	7.968	8.587	7.613	6.773	43.052	83.835	83.835	18.207
15 a 30 dias	-	-	3.726	2.227	841	340	217	274	1.121	8.745	2.222
31 a 60 dias	-	-	-	3.889	1.009	986	546	666	2.719	8.815	3.359
61 a 90 dias	-	-	-	-	6.118	718	768	489	2.775	10.848	2.653
91 a 180 dias	-	-	-	-	-	6.543	6.082	3.384	9.551	27.540	5.256
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	25.796	-	25.796	4.234
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	1.090	1.090	1.090	483
Total em 12.2013	-	2.475.377	34.205	59.273	18.770	17.622	21.565	13.540	80.919	2.721.280	
Total em 12.2012	-	1.956.385,39	11.448,51	52.916,60	93.610,87	4.216,31	11.341,00	2.915,33	25.389,91		2.158.225

c. Por Setores de Atividade

Setor Privado	31.12.2013	%	31.12.2012	%
Pessoas Físicas	2.583.643	94,94	2.106.083	97,58
Pessoas Jurídicas	128.614	4,72	42.396	1,96
Rural	6.946	0,26	7.343	0,35
Habituação	983	0,04	2.403	0,11
Fomento	1.094	0,04	-	-
Total	2.721.280	100,00	2.158.225	100,00

d. Concentração dos Principais Devedores

	31.12.2013	%	31.12.2012	%
Principal devedor	5.969	0,22	7.813	0,36
10 maiores devedores	41.429	1,52	18.348	0,85
20 maiores devedores	30.844	1,13	11.710	0,54
50 maiores devedores	29.124	1,07	15.812	0,73
100 maiores devedores	32.639	1,20	22.197	1,03
Demais devedores	2.581.275	94,86	2.082.345	96,49
Total	2.721.280	100,00	2.158.225	100,00

7.2. Provisões para perdas em operações de crédito

As operações de crédito estão classificadas em ordem crescente de risco e, com base nessa classificação, constituiu-se provisão para créditos de liquidação duvidosa a taxas que variam entre 0,5% e 100%, em razão da classificação das operações por ordem de risco, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

Itens	31.12.2013	31.12.2012
Saldo no início do Exercício	(55.210)	(39.020)
Provisões constituídas	(211.561)	(75.473)
Reversões de provisões	108.616	25.058
Valores baixados ou compensados com créditos	36.206	34.225
Provisão para perdas nas operações de crédito	(121.949)	(55.210)
Circulante	(56.571)	(23.215)
Realizável em longo prazo	(65.378)	(31.995)

Saldo no início do exercício outros créditos	(1)	-
Provisões constituídas	(894)	(1)
Reversões de provisões	9	-
Provisão para perdas em outros créditos com car. de concessão (Nota 8)	(886)	(1)
Total provisão para perda com operações de crédito	(122.835)	(55.211)

7.3 Rendas de operações de crédito

	2º semestre 2013	31.12.2013	31.12.2012
Adiantamento a depositante	1.991	2.780	899
Empréstimo	417.879	775.097	586.686
Título Descontado	33	33	-
Financiamento com intervenção	8	8	-
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	3.109	6.339	6.055
Financiamento Industrial</			

13. Patrimônio líquido

13.1 Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado por 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto.

Em 03.09.2013 o Banco Central do Brasil – BACEN homologou a proposta da Assembleia Geral Extraordinária do dia 12 de junho de 2013 para aumento de Capital Social do Banco em R\$ 136.343, com a incorporação das Reservas de Lucro sem alterações dos números de ações, alterando o valor de R\$ 264.141 para R\$ 400.484.

O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banco.

Acionista	31.12.2013		31.12.2012		Total
	Total	%	Total	%	
Estado do Pará	9.519.433	99,9767	9.519.433	99,9767	9.519.433
Caixa de Previdência e Assistência aos funcionários do Banpará	755	0,0080	755	0,0080	759
Administradores	11	0,0001	12	0,0001	11
Demais Acionistas	1.450	0,0152	1.449	0,0152	1.446
Total	9.521.649	100,00	9.521.649	100,00	9.521.649

Ações em circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo BANCO, em circulação.

Espécie e Classe de Ação	Ações não em circulação ¹		Ações em circulação ²		Total de ações	% Ações em circulação
ON	9.519.444	2.205	9.521.649	0,0232		

¹ Compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do Banco.

² Totais de ações emitidas pelo Banco, excetuadas aquelas identificadas no item 1 acima.

13.2 Pagamentos de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - J.C.P.

Sobre o resultado do exercício 2013, foi computado R\$ 35.216 a título de dividendos obrigatórios conforme estabelecido no Estatuto Social, deste foi imputado o montante de R\$20.994 referente a juros sobre capital próprio distribuído ao longo do exercício conforme deliberação do Conselho de Administração. Na rubrica "Social e Estatutária" está registrado o montante de R\$14.222 referente a dividendos a pagar.

14. Gestão de risco

No que diz respeito à gestão de riscos, o Banco desenvolve suas atividades de acordo com recomendações do Comitê de Basileia e de forma alinhada às boas práticas de mercado, utilizando como processos contínuos o aprimoramento sistemático das políticas de gestão de riscos, sistemas de controles internos e normas de segurança, todos integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos do Banco. Com vistas a tornar as análises dos Riscos Corporativos mais acuradas foram adotadas as seguintes ações para o período:

Risco de Mercado:

O Risco de Mercado origina-se da variação do valor dos ativos e passivos, causada por mudanças nos preços e taxas de mercado, mudanças na correlação entre eles e nas suas volatilidades. Para mensurar o risco de mercado o Banco calcula diariamente o valor em risco (VaR) para o horizonte de 1 du, com 95% de confiança. A verificação da aderência do modelo de cálculo é realizada trimestralmente por análise de Backtesting, a qual valida a metodologia de cálculo que utiliza decaimento exponencial EWMA (Exponentially Weighted Moving Average), tanto para cálculo do VaR quanto para cálculo de volatilidades.

No decorrer do 4º trimestre de 2013, o VaR manteve-se abaixo do limite máximo de 5% do PR estabelecido na Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Mercado, tendo registrado, o valor máximo de 2,7%, em relação ao PR.

Análise de Sensibilidade

O Banco acompanha o risco de taxas de juros para sua carteira global, com estimativas do percentual da variação do valor de mercado das operações em relação ao Patrimônio de Referência, com utilização de choque nas taxas de juros que possam causar impactos na carteira do Banco. Tal procedimento permite realizar inferências sobre o risco das posições quando comparados aos parâmetros atuais dos preços de mercado e seu comportamento histórico. O demonstrativo abaixo contém a análise de sensibilidade dos ativos classificados na carteira de negociação (Trading) e os ativos não classificados na carteira de negociação (Banking), para base do 4º Trimestre de 2013.

Patrimônio de Referência	Fator de Risco	dez/13			dez/12		
		506.129			419.834		
		Cenários (Mil)			Cenários (Mil)		
Carteira	Pré	1	2	3	1	2	3
		RS 80	RS 336	RS 583	RS 8	RS 94	RS 176
Trading	Pré	81 Bp	346 Bp	610 Bp	17 Bp	196 Bp	374 Bp
		RS 40.349	RS 165.329	RS 280.047	RS 8.788	RS 98.109	RS 181.448
Banking	TR	81 Bp	346 Bp	610 Bp	17 Bp	196 Bp	374 Bp
		RS 1.912	RS 18.446	RS 35.034	RS 1.135	RS 19.696	RS 35.331
		20 Bp	214 Bp	447 Bp	11 Bp	188 Bp	365 Bp

Para subsidiar a análise foram considerados os seguintes cenários:

CENÁRIO 1 – situação provável tendo por base as variáveis de mercado como curvas Pré e TR impactadas, respectivamente, por choques paralelos, com base na variação das curvas de mercado para a respectiva data base com o período de 1 ano.

CENÁRIO 2 – situação de deterioração de 25% nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos nas curvas Pré e TR para data base.

CENÁRIO 3 - situação de deterioração de 50% nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos nas curvas pré e TR para data base.

Referente ao risco cambial, o BANPARA realiza operações de troca de moedas, dólar e euro, porém em volume não significativo.

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de perda que incorre quando há incapacidade pelo tomador ou contraparte de cumprir com as respectivas obrigações financeiras nos termos acordados, bem como, desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Para fins de classificação dos níveis de risco das operações de crédito do Banpará são utilizados os critérios consistentes e verificáveis dispostos na Resolução CMN Nº 2.682/99 acompanhados de provisão em montantes suficientes para fazer face às perdas esperadas na realização das operações.

Para uma melhor gestão do risco de crédito global, o Banco adota, também, um modelo proprietário que viabiliza a identificação das classes de riscos e categorias de clientes onde são considerados fatores internos e externos permitindo maior acurácia no processo de mensuração, avaliação e mitigação desses riscos. O risco de default é minimizado devido às operações de crédito consignado e banparacard com o funcionalismo público estadual, em razão dos índices de atraso/inadimplência e CBP e os parâmetros para concessão dessas linhas.

A classificação de risco da carteira de crédito está concentrada, quase que em sua totalidade (90,96%) no nível A, considerado baixo nível de risco.

Na parcela referente a cobertura das exposições ao Risco de Crédito (RWA CPAD), apurada mensalmente, verificamos acréscimo de aproximadamente 34,7% em relação a dezembro de 2012, em razão das variações ocasionadas pelo crescimento da carteira de crédito, bem como alteração dos procedimentos no cálculo das exposições ao risco de crédito sujeitas ao requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWA CPAD).

	31.12.13	31.12.12
Total da Carteira de Crédito	2.550.539	2.102.988
RWA CPAD	2.503.097	1.858.366

Risco de Liquidez:

O Banco define Risco de Liquidez como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento do Banco. Para o gerenciamento do risco de liquidez, o Banco estabelece em sua Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Liquidez, o limite mínimo de liquidez - LML e o pré-acionador do plano de contingência – PAPCo, este indica o momento do acionamento do plano de contingência em situações de crises de liquidez.

O Banco mantém o monitoramento diário da margem de liquidez, em cenário de normalidade e de estresse, utilizando-se a Asset Liability Management - ALM como ferramenta para gerenciar o fluxo de caixa (de acordo com a Resolução – CMN nº 4.090/2012 e a Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez do Banpará) e o Orçamento, que é uma ferramenta de planejamento dos ativos e passivos para médios e longos prazos, considerando-se ainda, as despesas da instituição.

Para a análise são considerados os cenários macroeconômicos e os eventos que possam impactar na condição de pagamento do Banco. A margem de liquidez em cenário de normalidade e de stress é ajustada para no mínimo 90 du. Os níveis de liquidez mantêm-se adequados aos compromissos assumidos.

Risco Operacional

O Risco Operacional caracteriza-se pela possibilidade de incidência de perdas oriundas de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, eventos externos, dentre outros relacionados às atividades de uma instituição financeira, pelo qual se faz necessária a sua gestão para monitoramento e deliberação de estratégias de controle, visando a identificação de suas ocorrências e solução de suas consequências.

O gerenciamento do Risco Operacional tem como objetivo garantir um desempenho institucional satisfatório e reduzir a probabilidade da ocorrência de desastres financeiros. No Banco, essa gestão está alinhada aos preceitos da Resolução CMN nº 3.380, de 2006, bem como agrega as seguintes características de acordo com as melhores práticas do mercado financeiro: identificação, avaliação, monitoramento, controle e acompanhamento das ações junto às áreas, visando minimizar e mitigar os riscos operacionais inerentes aos negócios, bem como atender a legislação pertinente.

O Banco adota a metodologia da Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada (APAS) para a apuração dos ativos ponderados pelo risco operacional por abordagem padronizada (RWAopad), considerando nos cálculos o IE (Indicador de Exposição ao Risco Operacional) e o IAE (Indicador Alternativo de Exposição ao Risco Operacional), conforme estabelecido pela Circular nº 3.640, de 04/03/2013, e Circular nº 3.675, de 31/10/2013, divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

Gerenciamento de capital

Referente à exigência mínima de capital estabelecida pela autoridade monetária, que corresponde ao Índice de Basileia, cujo valor em conformidade com Basileia II espelha a relação entre o capital com índice e as exposições aos riscos de suas operações, o Banco encerrou o exercício de 2013 com índice de 18,7%, bem acima dos 11% estabelecidos pelo BACEN, demonstrando um índice de solvabilidade capaz de cobrir suas exposições aos riscos, sem comprometer sua margem operacional.

O Banco mantém sua política, inclusive com informações adicionais sobre processos de controle de riscos no sítio: www.banparanet.b.br, na rota: O BANPARA/Relação com Investidores/Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos.

15. Plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde

15.1 Plano de suplementação de aposentadoria

O Banco patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, planos de benefícios de aposentadoria e pensão para os empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é efetuada pela Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do Banco (CAFBEF), entidade fechada de previdência privada.

Em julho de 2002, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) aprovou o novo regulamento do plano de benefícios denominado Prev-Renda, estruturados na modalidade de contribuição definida, contemplando os seguintes benefícios: (a) renda temporária - considerada como benefício programado, enquadrada na modalidade de contribuição definida; e (b) benefícios por morte e por invalidez do participante - considerados benefícios de risco, enquadrados na modalidade de benefício definido, percebidos de forma temporária.

Em dezembro de 2002, iniciou-se o processo de migração do plano com as características de benefício definido para o de contribuição definida, resultando que 96% do total dos participantes concordaram em aderir à migração para o novo plano de benefícios denominado Prev-Renda.

São os seguintes os benefícios de complementação de aposentadoria:

a. Plano Básico de Benefício Definido (BD)

Plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido. Tem em vista assegurar aos seus participantes a suplementação de aposentadoria e pensão, pecúlio por morte e auxílio-reclusão. A partir da implantação do plano de benefícios denominado Prev-Renda, em 20 de dezembro de 2002, este Plano Básico de Benefícios passou a ser considerado Plano em extinção, não recebendo novas inscrições.

O plano de benefício definido é regido pelo regulamento do Plano Básico, no qual estão todas as normas internas para o cálculo, a concessão e a manutenção dos benefícios, composto pelos seguintes beneficiários:

- Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- Suplementação de aposentadoria por idade;
- Suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
- Suplementação da pensão por morte;
- Suplementação do auxílio-reclusão;
- Suplementação do abono anual.

As estatísticas do grupo de assistidos estão demonstradas nos quadros abaixo.

Participantes assistidos	Dezembro/13
Quantidade	19
Idade média (anos)	67
Benefício médio (R\$)	3.092
Pensionistas	2
Quantidade	69
Idade média (anos)	1.429
Benefício médio	

As principais premissas atuariais, atualizadas semestralmente, na data do balanço (médias anuais) são:

i) Premissas biométricas:

- Tábua de mortalidade geral: RP-2000 por sexo;
- Tábua de entrada em invalidez: não aplicada, por inexistirem ativos;
- Tábua de mortalidade de inválidos: RP-2000 Disabled por sexo;
- Tábua de serviço: não empregada por inexistirem ativos.

ii) Premissas econômicas:

- Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 6,30% ao ano;
- Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano (para apuração de ganhos e perdas do exercício): 9,84% a.a., composta pelo INPC de dezembro de 2011 a novembro de 2012, 5,90% e mais 3,66% ao ano;
- Taxa nominal do custo dos juros (para apuração de ganhos e perdas do exercício): 9,84% a.a. composta pelo INPC de dezembro de 2011 a novembro de 2012(5,96%) e mais 3,66% ao ano;
- Taxa de rotatividade: não aplicável;
- Taxa real de progressão salarial: não aplicável;
- Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%;
- Taxa real de reajuste dos benefícios da previdência social: 0,00%;
- Taxa real de reajuste dos benefícios da previdência social: 0,00%;
- Fator de capacidade para salários: 100,00%;
- Fator de capacidade para benefícios: 100,00%;
- Taxa esperada de inflação no longo prazo: 5,00% ao ano;
- Atualização monetária aplicada aos salários e benefícios: 7,58% (INPC de setembro/12 a novembro/13).

iii) Outras Premissas:

- Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: Não aplicada
- Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: dados cadastrais informados pela entidade.

b. Plano Prev-Renda de Contribuição Definida (CD)

Plano de previdência complementar na modalidade de contribuição definida. Compõe-se de um segmento de contribuição definida puro, com vistas a proporcionar renda temporária (benefício programado), mediante a formação de poupanças individuais através de contribuições mensais do Banco e de cada participante. Por outro lado, o plano também assegura benefícios de risco, na forma de benefício definido, destinado a assegurar pecúlio por morte e por invalidez do participante.

O plano de contribuição definido é regido pelo regulamento do Plano Prev-Renda, no qual estão todas as normas internas para o cálculo, a concessão e a manutenção dos benefícios, compostos pelos seguintes beneficiários:

- Renda temporária;
- Benefícios por morte e por invalidez do participante ativo ou autopatrocinado;
- Benefícios por morte do participante em gozo de benefício;
- Pecúlio por morte ou por invalidez.

As estatísticas do grupo de assistidos estão demonstradas nos quadros abaixo.

Participantes ativos	Dezembro/13
Quantidade	932
Idade média (anos)	46
Salário médio (R\$)	4.486
Participantes assistidos	252
Quantidade	67
Idade média (anos)	2.922
Benefício médio (R\$)	
Pensionistas	78
Quantidade	58
Idade média (anos)	2.238
Benefício médio	

As principais premissas atuariais na data do balanço (médias anuais) são:

i) Premissas biométricas:

- Tábua de mortalidade geral: RP-2000 por sexo;
- Tábua de entrada em invalidez: Wyatt-1985 Disability Class 1;
- Tábua de mortalidade de inválidos: RP-2000 Disabled por sexo;
- Tábua de serviço: gerada pela combinação das probabilidades das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o método dos multidecrementos.

ii) Premissas econômicas:

- Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 6,30%;
- Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano (para apuração de ganhos e perdas do exercício): 9,84% a.a., composta pelo INPC de dezembro de 2011 a novembro de 2012 (5,96%) e mais 3,66% ao ano;
- Taxa nominal do custo dos juros para apuração de ganhos e perdas do exercício: 9,84% a.a., composta pelo INPC de dezembro de 2011 a novembro de 2012 (5,96%) e mais 3,66% ao ano;
- Taxa de rotatividade: não aplicável;
- Taxa real de progressão salarial: 2% a.a.;
- Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%;
- Taxa real de reajuste dos benefícios da previdência social: 0,00%;
- Taxa real de reajuste dos benefícios da previdência social: 0,00%;
- Fator de capacidade para salários: 100,00%;
- Fator de capacidade para benefícios: 100,00%;
- Taxa esperada de inflação no longo prazo: 5,00% ao ano;
- Atualização monetária aplicada aos salários e benefícios: 7,58% (INPC de setembro/12 a novembro/13).

iii) Outras Premissas:

- Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: Não aplicada
- Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: cônjuge do sexo feminino 3 anos mais jovem e 2 filhos dependentes.

Reconhecimento do passivo atuarial do plano de benefícios

A quantificação dos montantes reconhecidos pelo Banco encontra-se em conformidade com o contido na Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012, conforme demonstrado a seguir:

a. Plano de Benefício Definido (BD)

As obrigações atuariais em relação a este plano de Benefício Definido encontram-se parcialmente cobertas pelo ativo líquido do plano. O plano apresentou obrigações atuariais de R\$ 7.157 e ativo líquido de R\$ 6.701, tendo como resultado déficit atuarial em 31 de dezembro de 2013, R\$ 456. A redução no déficit atuarial em relação à posição de 31/12/2012 se deveu à alteração da premissa de taxa de juros, elevada de 3,66% a.a. para 6,30% a.a., adequando-se tal valor ao resultado do duration do passivo previdencial, quantificado, com base no cadastro de junho de 2013, em 10 anos.

Os valores devidos pelo Banco, por conta desse passivo, vêm sendo pagos por meio de contribuições mensais correspondentes a R\$ 15 (cota patronal) em 31.12.2013 e 2012. No exercício de 2013, o Banco efetuou contribuições a favor da CAFBEP no montante de R\$ 183 (R\$ 355 no exercício de 2012).

b. Plano de Contribuição Definida (PREVRENDA - CD)

Os benefícios do Plano PREVRENDA estão estruturados em cotas, sendo reajustado pela variação da quota patrimonial, o que impede a ocorrência de insuficiências financeiras, além de serem concedidos como rendas temporárias, eliminando o risco de sobrevivência. Desta maneira, o risco atuarial inerente ao plano Prev-Renda está concentrado apenas no benefício a conceder, para o qual está previsto, nos casos de invalidez e morte, aporte de contribuições, que complementar o saldo da conta do participante, objetivando a concessão desses dois benefícios de risco.

O valor calculado o artigo 25 do Regulamento do Plano Prev Renda foi avaliada em R\$ 492, estando em 31/12/2013, integralmente coberto pelo fundo de risco destinado à cobertura dos benefícios de risco (invalidez e morte), cujo saldo na mesma data é de R\$ 795. Desta forma, a diferença entre o valor do fundo de risco e o valor da obrigação atuarial resulta no superávit atuarial de R\$ 302, não havendo, por conseguinte, necessidade de provisionamento pelo BANPARÁ de passivo, relativo a este plano de benefícios, nesta reavaliação. É importante ressaltar que ocorreu expressiva redução do saldo do fundo de risco em 2013, o que ocasionou a perda, igualmente representativa, apresentada neste relatório.

As provisões matemáticas dos benefícios estruturados na modalidade de contribuição definida, cujos valores correspondem a R\$ 17.904 para Benefícios Concedidos e a R\$ 47.515 para Benefícios a Conceder, somam R\$ 65.423, estando integralmente lastreadas pelo patrimônio do plano, de R\$ 65.702, em 31 de dezembro de 2013.

Estímulo à migração

O Banco obrigou-se a conceder, a título de estímulo à migração de participantes do plano BD para o plano CD, o percentual de 16,3767% sobre a folha de salários dos Participantes Ativos, em 180 meses, tendo pago, até 31 de dezembro de 2013, 133 parcelas, restando, ainda, 47 parcelas de R\$ 754 a liquidar. Esses valores foram reconhecidos de forma diferida, à taxa de 12,47% ao ano (6% + INPC acumulado no ano de 2012), estando totalmente provisionado, cujo passivo reconhecido, em 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 28.517 (R\$ 30.319 em 31 de dezembro de 2012). No exercício de 2013, o Banco efetuou contribuições a favor da CAFBEP, no montante de R\$ 8.394 (R\$ 7.061, exercício 2012).

16. Administração de fundos e programas

AGENTE DE FOMENTO DO ESTADO DO PARÁ

O Banco como agente de fomento do Estado do Pará executa as suas ações alinhadas às diretrizes, orientações e estratégias definidas no Plano Plurianual (PPA) do Governo do Estado do Pará, e, às prioridades estabelecidas pela Diretoria Colegiada do Banco através de sua Política de Crédito.

A melhoria das condições de vida da população paraense é um dos compromissos da Administração Pública Estadual. Portanto, toda e qualquer ação de governo tem como objetivo principal reduzir a pobreza e a desigualdade social por meio do desenvolvimento sustentável, estimulando a geração de postos de trabalho e a distribuição de renda nas diversas regiões do Estado.

É nesse mesmo interesse que o Banco retoma suas ações como agente de fomento do Estado do Pará, comprometido com as políticas de fomento e desenvolvimento socioeconômico do Pará.

DIRETRIZ GERAL

“Promover o desenvolvimento sustentável do Estado do Pará, através do financiamento de projetos produtivos sustentáveis, buscando a redução da pobreza e da desigualdade social e a melhoria das condições de vida, emprego e renda da população”.

ATUAÇÃO

- Intermediação financeira de produtos adequados às demandas de desenvolvimento econômico e social, com recursos próprios e de repasse;
- Gestão de fundos de financiamentos específicos para o desenvolvimento do Estado com recursos de terceiros;
- Execução de programas de financiamento, de caráter especial, de responsabilidade dos Estados e Municípios, com recursos de terceiros;
- Disponibilização de financiamentos com recursos próprios, de repasse e de terceiros em programas destinados a segmentos específicos, identificados como demandadores de crédito de fomento e associados a projetos do Estado do Pará.

O Banco atuará nas suas ações de fomento através da aplicação de recursos de diversas fontes. Determinadas fontes de recursos envolvem programas de financiamento de aplicação obrigatória, enquanto que outros são de livre aplicação do banco. São eles:

a) RECURSOS PRÓPRIOS:

* BANPARÁ COMUNIDADE

É o programa de microcrédito do banco, utilizado como instrumento para reduzir as desigualdades sociais, fortalecer a cidadania e gerar emprego e renda no Estado do Pará. Proporciona a inserção competitiva dos microempreendedores no mercado, contribuindo para fortalecer e ampliar suas atividades, aumentar seus ganhos financeiros e melhorar a qualidade de vida de suas famílias, além de possibilitar a criação de novas oportunidades de ocupação produtiva nos micro empreendimentos financiados.

O programa atende a expressiva parcela da sociedade que atua no setor informal da economia, que não dispõe das garantias tradicionais exigidas pelo setor financeiro para a concessão de empréstimos.

O valor aplicado pelo BANPARÁ COMUNIDADE no ano de 2013 foi de R\$41.217 (R\$ 189.727 acumulado até 31 de dezembro de 2012).

* CRÉDITO RURAL

O Crédito Rural é um programa de financiamento composto por diversas linhas de financiamento destinadas a produtores rurais e cooperativas ou associações de produtores rurais. Seu objetivo é estimular os investimentos e ajudar no custeio da produção e comercialização de produtos agropecuários.

Crédito Rural é o suprimento de recursos financeiros, por instituições do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), para aplicação exclusiva nas finalidades e condições estabelecidas no MCR. O valor contratado em CRÉDITO RURAL na linha de financiamento PRONAF ECO (investimento para implantação das culturas do dendê) no ano de 2013 foi de R\$318.

b) RECURSOS DE REPASSE:

* BNDES

O BNDES apoia projetos de investimento, no Brasil e no exterior, que visem à ampliação, modernização e expansão da capacidade produtiva, e, apoio a produção, aquisição e comercialização de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, credenciados no BNDES.

31.12.2012					
Modalidade da Operação Bancob	Data do Contrato	Vencimento da obrigação	Valor do DIR	Juros Capitalizados	Valor Total
CDI-PÓS	18.06.2012	18.03.2013	4.000	161	4.161
CDI-PÓS	24.09.2012	24.06.2013	80.400	1.486	81.886
CDI-PÓS	21.12.2012	20.09.2013	5.900	8	5.908
Total Sicedi	-	-	90.300	1.655	91.955
CDI-PÓS	18.06.2012	18.03.2013	1.000	39	1.039
CDI-PÓS	18.06.2012	21/06/2013	26.000	1.025	27.025
Total	-	-	27.000	1.064	28.064

21. Imposto de renda, contribuição social e crédito tributário.

a. Base de Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

DESCRIÇÃO	31.12.2013		31.12.2012	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes da tributação e participações	210.306	252.612	179.822	219.006
Juros sobre Capital Próprio	(20.994)	(20.994)	(21.455)	(21.455)
Base de Cálculo	189.312	231.618	158.367	197.551
Adições (Exclusões)	133.083	90.777	70.489	31.305
Lucro Tributável antes das Compensações	322.395	322.995	228.856	228.856
Compensação de Prejuízos Fiscais e Base Negativa	-	-	-	(13.870)
Base de Cálculo após Compensações	322.395	322.995	228.856	214.986
Alíquota Normal (15%)	48.359	48.359	34.328	32.248
Adicional do Imposto de Renda (10%)	32.216	-	22.862	-
Valores Devidos	80.575	48.359	57.190	32.248
Programa de Alimentação ao Trabalhador	(138)	-	(140)	-
Incentivos Fiscais	(798)	-	-	-
Prorrogação da Licença Maternidade	(109)	-	(89)	-
IR e CSLL a Pagar	79.530	48.359	56.961	32.248

b. Créditos Tributários Ativos

O Banco mantém em seus registros um saldo de R\$ 70.008 , relativo às diferenças temporárias de Provisão para Créditos em Liquidação, ativadas em novembro de 2011, dezembro/2012 e dezembro/2013, sendo R\$ 45.495 decorrentes da aplicação da alíquota de 25% do IRPJ e R\$ 24.513 decorrentes da aplicação da alíquota de 15% de CSLL sobre a base de Operações de Créditos em Liquidação controlada na Parte B do LALUR.

O procedimento de baixas dos créditos registrado no Ativo Fiscal Diferido das Provisões para Créditos em Liquidação será realizado com base nas Perdas transferidas para CBP, efetivamente deduzidas no cálculo mensal do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

Créditos Tributários	Saldo 31/12/2012	Constituição	Realização	Saldo 31/12/2013
Prejuízo Fiscal IRPJ	-	-	-	-
Diferença Temporária - IRPJ	35.407	17.788	(7.700)	45.495
Base Negativa - CSLL	-	-	-	-
Diferença Temporária - CSLL	18.460	10.673	(4.620)	24.513
Total	53.867	28.461	(12.320)	70.008

O controle dos saldos que compõem a base de Provisões para Créditos em Liquidação, encerrou o exercício de 2013 com a composição demonstrada a seguir:

Base das Diferenças Temporárias	Saldo 31/12/2012	Constituição	Realização	Saldo 31/12/2013	Crédito Tributário
Provisão para Créditos em Liquidação	156.123	101.920	-	258.043	106.203
Total das Adições Temporárias	156.123	101.920	-	258.043	106.203

O quadro abaixo demonstra, para os créditos tributários ativos, os valores previstos de realização:

Projeção de Realização	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Diferença Temporária	11.228	12.712	13.381	14.085	14.826	3.776
Total	11.228	12.712	13.381	14.085	14.826	3.776

c. Créditos Tributários Não Ativos

O Banco possui registrados Créditos Tributários não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social, sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 37.245, conforme demonstrado a seguir:

Descriminação	Saldo 31/12/2012	Realização	Constituição	Saldo 31/12/2013	Crédito Tributário
Provisão p/Créditos em Liquidação	9.663	-	30.767	40.430	16.172
Provisão p/Outros Créditos	26.597	-	4.558	31.155	12.386
Provisão p/Passivos Trabalhistas	4.069	(1.175)	-	2.894	1.158
Provisão p/Ações Cíveis	9.953	(697)	-	9.256	3.702
Prejuízos em Operações Swap	516	-	-	516	129
Provisão p/Riscos Fiscais	2.911	-	319	3.230	1.292
Provisão p/Outros Valores e Bens	5.947	(146)	-	5.801	2.406
Total das Adições Temporárias	59.656	(2.018)	35.644	93.282	37.245

22 - Outras receitas e despesas

22.1 Outras receitas/despesas operacionais:

Outras receitas operacionais	2º semestre 2013	2013	2012
Recuperação de encargos e despesas	23	54	70
Atualização monetária de depósitos judiciais	2.836	5.408	3.748
Atualização monetária de valores ativos	23	43	63
Atualização monetária de I.R e CSLL a Compensar	68	127	-
Outras – Ações Judiciais	-	-	244
Reversão de provisão – Outros	733	3.951	539
Outros	-	-	2.134
Total	3.683	9.583	6.798

Outras despesas operacionais	2º semestre 2013	2013	2012
Despesas carteira imobiliária	147	1.490	176
Despesas descontos concedidos	28	46	48
Despesas de atualização de impostos e contribuição	596	778	301
Despesas de atualização monetária de valores passivos	200	333	336
Despesas de atualização de ações judiciais	616	2.067	2.563
Despesas de ações judiciais	284	2.603	558
Despesas de FCVS - Ajuste/Refin	440	756	1.018
Despesas de ajustes IRPJ e CSLL de exercícios anteriores	-	-	3.127
Outras	134	159	14
Total	2.445	8.232	8.141

22.2 Outras receitas/despesas não operacionais

Outras receitas/ despesas não operacionais	2º semestre 2013	2013	2012
Reversão de provisões não operacionais	23	356	34
Insustentâncias passivas	46	51	118
Superveniência Ativa	67	67	31
Lucros em transações com valores mobiliários (a)	30	11.944	56
Rendas de aluguel	35	83	176
Outras receitas não operacionais (b)	826	6.637	1.172
Insustentâncias ativas	(350)	(482)	(475)
Superveniências passivas	(70)	(154)	(149)
Roubos por assalto	(1.539)	(2.304)	(370)
Desvalorização de outros valores e bens	-	-	(1.363)
Outras despesas não operacionais	-	-	(225)
Total	(932)	16.188	(995)

Outras receitas não operacionais

(a) Em 18 de abril de 2013 a Diretoria financeira do Banco autorizou a venda de 4.000 ações da empresa SERASA do tipo ON, sem valor nominal e foram adquiridas no ano de 1975, conforme abaixo: O valor de R\$ 11.231 refere-se à venda de 4.000 ações da Empresa SERASA do tipo ON, sem valores nominais assim distribuídos:

Valor das Ações	R\$ 11.237
(-) Baixa do registro	R\$ (6)
Total de ganho sobre venda	R\$ 11.231

As ações foram vendidas pelo valor unitário R\$ 2,81 totalizando uma operação de R\$ 11.231 , no entanto, em 31 de dezembro de 2012 e 31 de março de 2013 essas ações estavam registradas pelo valor de custo, no montante de R\$ 246,00.

(b) Em fevereiro de 2013, o banco registrou crédito previdenciário no valor de R\$ 5.449, decorrente da desoneração (imunidade, isenção ou não incidência) da Folha de pagamento oriundo de contribuições previdenciárias. Em 31 de dezembro de 2013 o crédito tributário a ser realizado está registrado no ativo pelo valor de R\$2.133 - nota 8 (c).

22.3 Outras Despesas Administrativas

Outras despesas administrativas	2ºSemestre	2013	2012
Água e Energia	1.840	3.463	3.379
Aluguel	2.183	4.278	3.184
Manutenção e Conservação de Bens	2.348	4.674	5.703
Comunicação	13.065	22.388	16.273
Processamento de Dados	15.406	29.058	27.869
Promoções e Relações Pública	2.924	5.931	3.740
Propaganda e Publicidade	1.652	3.007	1.422
Publicações	-	-	2.264
Serviços de Vigilância e Segurança	11.230	21.135	12.183
Serviço do Sistema Financeiro	3.298	6.177	6.608
Serviço Técnico Especializado	4.539	8.657	4.548
Serviço de Terceiro	8.498	15.168	6.751
Serviço de Transporte	6.303	11.436	17.186
Outras	10.155	19.194	14.558
Total	83.441	154.566	125.668

23 Outras informações:

23.1 Dividendos:

No dia 24 de janeiro de 2014, em Assembleia Geral Extraordinária foi deliberado distribuição de dividendos intermediários referentes ao balanço do 1º semestre findo em 30 de junho de 2013. Esses dividendos serão imputados à distribuição do exercício de 2013 e deverão ficar em torno de 40% do lucro líquido apurado, conforme estabelecido no plano de capital do Banco que foi aprovado pela Diretoria Colegiada e Conselho de Administração.

23.2 Medida provisória 627/13

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória no 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins. A MP 627/13 dispõe sobre:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- o parcelamento especial de Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins.

O Banco aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes para a Organização diante da quantidade de adoções de CPC pelo BACEN.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração e aos acionistas do Banco do Estado do Pará S.A. Belém - PA

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco do Estado do Pará S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Banco do Estado do Pará S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Estado do Pará S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração do Banco, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2013, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Fortaleza, 19 de fevereiro de 2014

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Eliardo Araújo Lopes Vieira

Contador CRC SP-241582/O-1 T-CE

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado do Pará S.A. - Banpará, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo artigo nº 163 da Lei nº 6.404/76, tendo examinado o Balanço Patrimonial levantado em 31.12.2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e do valor adicionado, correspondentes ao semestre e exercício findos naquela data, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes e do Relatório da Administração, constataram que o critério das normas contábeis observado na elaboração das citadas demonstrações, confirma a posição financeira e o resultado das operações do Banco e que as mesmas refletem, com clareza, as atividades desenvolvidas pela Instituição, no período. Deste modo, se manifestam favoráveis à sua aprovação.

Belém (PA), 20 de fevereiro de 2014

Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Banco do Estado do Pará – Banpará, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso V do art. 142 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinou as demonstrações contábeis relativas ao semestre e exercício findos em 31.12.2013, acompanhadas do relatório da Administração, pareceres dos auditores independentes, KPMG – Auditores Independentes, e do Conselho Fiscal, e com base na análise efetuada, aprovou, por unanimidade, os documentos, por refletirem adequadamente a situação econômico-financeira da Instituição.

Belém (PA), 24 de fevereiro de 2014.

Conselho de Administração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA COLEGIADA	CONSELHO FISCAL
AUGUSTO SÉRGIO AMORIM COSTA Membro	AUGUSTO SÉRGIO AMORIM COSTA Diretor Presidente	ALEX BOLONHA FIÚZA DE MELLO Membro
BRASELINO CARLOS DA ASSUNÇÃO SOUSA DA SILVA Membro	BRASELINO CARLOS DA ASSUNÇÃO SOUSA DA SILVA Diretor	JOSÉ MARIA TAVARES TEIXEIRA Membro
JOSÉ BARROSO TOSTES NETO Membro	MÁRCIA REGINA MAUÉS DA COSTA MIRANDA Diretora	OSCARINA DE SOUZA RODRIGUES Membro
MAURO CESAR LISBOA DOS SANTOS Membro	JORGE WILSON CAMPOS E SILVA ANTUNES Diretor	
MARCO ANTONIO LIMA DE GUSMÃO Membro	GEIZE MARIA TEIXEIRA DA SILVA DE FIGUEIREDO Diretora	
JOSÉ ALVES TAVARES Membro	EUGÊNIO LUIS DE SOUSA PESSOA Diretor	
FRANCISCO NOGUEIRA NETO Membro		

MARTA PINHEIRO DE BARROS
Contadora CRC (PA) nº 11.584-05